



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 05 de Setembro de 2024 | Ano V, n.º 277 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Marcada para 27 de Setembro a leitura da sentença sobre o assassinato do jornalista João Chamusse

- O único arguido no processo assume a autoria do crime e diz que agiu a mando da dona do estabelecimento onde Chamusse estava a conviver antes de ser assassinado
- Dos 19 declarantes, o juiz ouviu apenas quatro, preterindo as declarações de 15, sem qualquer explicação



Depois de sucessivos adiamentos teve lugar no dia 27 de Agosto, no Tribunal Judicial da Província de Maputo, o julgamento do caso de assassinato do jornalista João Chamusse. O único arguido no processo, um jovem de nome Elias Ezequiel Ndlate, que confessou ser o autor material do crime, disse que tinha cometido o crime a mando de uma mulher chamada Anabela Siteo, funcionária do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral no distrito da Katembe,

supostamente ligada ao partido Renamo.

O arguido diz que cometeu o crime a troco de 50.000,00 meticais. Segundo o arguido, Anabela Siteo teria supostamente comprado bebidas para si e o teria instigado a tirar a vida do jornalista e roubar o seu computador.

Anabela Siteo é esposa do proprietário do estabelecimento onde Chamusse se encontrava a conviver com amigos, nas redondezas da sua residência.

Juiz ignora declarantes e emite sinais de pretender

O processo sobre o assassinato de João Chamusse tem um total de 19 declarantes, mas no dia do julgamento, sem qualquer explicação, o juiz ouviu apenas quatro declarantes. Terminada a audição aos quatro declarantes, o juiz ouviu o arguido e agendou a leitura da sentença para o dia 27 de Setembro.

É verdade que a sala de audiência é menor, com capacidade apenas de receber 10 pessoas, mas também não se notou esforço por parte do Tribunal para criar condições para ouvir os demais declarantes.

Os poucos declarantes que tiveram a oportunidade de depor dizem que vivenciaram uma peça teatral no lugar de um julgamento sério e comprometido com a busca da verdade. O juiz parecia mais interessado em concluir o processo rapidamente do que em explorar as evidências e os depoimentos dos envolvidos. As perguntas dirigidas aos declarantes e ao arguido foram descritas como superficiais e básicas.

A atitude do Tribunal levanta questões sobre a intenção real de se aprofundar na investigação dos autores morais do crime, que continuam à margem da justiça.

João Chamusse foi assassinado na madrugada de 14 de Dezembro, na sua residência, no distrito da Katembe, município da cidade de Maputo. Chamusse teria sido despido, torturado e depois assassinado com recurso a arma branca. No local teria sido encontrada uma catana. O corpo teria sido encontrado com sinais de violência e havia marcas de sangue no local. À data dos factos, Chamusse era Director Editorial do semanário "Ponto por Ponto". Passou por jornais como "Metical", "MediaFax", "Canal de Moçambique" e "Zambeze". Nos últimos dias da sua vida era comentador na "TV Sucesso". São os seus comentários feitos com uma linguagem clara e simples, mas incisiva (criticando a corrupção e o desgoverno) que Chamusse era aclamado por todo o tipo de público. Nas suas últimas intervenções criticou a governação



A atitude do Tribunal levanta questões sobre a intenção real de se aprofundar na investigação dos autores morais do crime, que continuam à margem da justiça.



eleitoral e a fraude. Chegou a chamar "indignos" a todos os membros da Comissão Nacional de Eleições e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral. Para Chamusse, a forma como as eleições são organizadas em Moçambique, com a certeza de quem vai vencer, é desperdício de recursos do Estado.

O julgamento sobre o assassinato do jornalista representa uma oportunidade única para o sistema judiciário moçambicano demonstrar seu compromisso com o Estado de direito e com os princípios da justiça. Mais do que condenar o autor material do homicídio, é de suma importância que o tribunal investigue a fundo e responsabilize exemplarmente os mandantes do crime, garantindo que o assassinato de João Chamusse não caia na impunidade.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

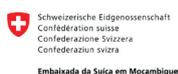
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

